

o b s e r v a

observatório
de ambiente
e sociedade



Laboratório associado

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL **Episódios de Conflito e Cidadania Ambiental**

José Luís Garcia, Filipa Subtil, Marisa Pott, Susana Conceição

e studo / 1

1997

EPISÓDIOS DE CONFLITO E CIDADANIA AMBIENTAL

RELATÓRIO FINAL DE ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL

Coordenação:

José Luís Garcia

Relatório elaborado por:

Filipa Subtil

José Luís Garcia

Marisa Pott

Susana Conceição

Novembro de 1997

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

Constituição da Base de Dados dos processos instruídos entre Junho 1990 e Julho 1997

Investigadores:

Filipa Subtil

Marisa Pott

Concepção informática:

Filipe Silva

Auxiliares de Investigação (recolha de dados):

Clarisse Almeida

Filipa Lourenço

Filomena Gerardo

Inês Amaro

Olga Lopes

Agradecemos a disponibilidade e amabilidade manifestada pela equipa do Gabinete de Consulta Pública do IPAMB na pessoa da Eng.^a Ivone Martins.

Agradecemos também o apoio da Inês Ferreira do OBSERVA na digitalização dos dados.

A AIA em Portugal

Análise dos processos instruídos entre Junho de 1990 e Julho de 1997

Relatório de investigação:

Filipa Subtil

José Luís Garcia

Marisa Pott

Análise dos dados:

Alcinda Barata

Julieta Silva

Eunice Ruth Monsaraz

Susana Conceição

Construção de quadros e gráficos:

Pedro Alcântara

Agradecemos aos colegas e amigos Ana Cristina Ferreira e Pedro Barata o apoio prestado.

INTRODUÇÃO

O IPAMB solicitou ao OBSERVA a criação de uma base de dados dos processos de Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) e um relatório que sintetizasse e interpretasse o acervo compilado. Esta iniciativa foi acolhida como estudo preliminar do projecto *Episódios de Conflito Ambiental* do OBSERVA, devido a sua óbvia pertinência.

Em finais da década de 80 surgem, em Portugal, as primeiras análises sobre Estudos de Impacte Ambiental (EIA). Nessa altura, foram apresentadas algumas comunicações ao Seminário sobre a Avaliação do Impacte Ambiental (APEA/SEARN, Lisboa)¹, ao Colóquio sobre o projecto do Alqueva na Sociedade Portuguesa de Ciências Agrárias em Lisboa² e ao 1º Congresso Nacional dos Engenheiros do Ambiente, em 27-29 de Novembro de 1990³. Entretanto, tinham aparecido também alguns artigos em revistas como *Recursos Hídricos*, em 1987⁴. É só na presente década, no âmbito do 1º, 2º e 3º Seminários Anuais sobre AIA, que decorreram em Abril de 1991, Março/Abril de 1992 e Março de 1993, que teve verdadeiramente início a reflexão portuguesa sobre a AIA.

Decorre mais de 20 anos sobre a data de início do processo de AIA e 5 anos da Directiva Comunitária que criou a sua obrigatoriedade como condição prévia ao licenciamento das grandes obras que infra-estruturam física e tecnologicamente os espaços nacionais.

Com efeito, o processo de AIA teve início institucional em 1 de Janeiro de 1970 nos EUA. Note-se que nesta fase embrionária, a AIA não passava de um

¹ Ver M^a Francisca Silva, “Avaliação do Impacto Ambiental: Casos Estudados”, Comunicação ao Seminário sobre a Avaliação do Impacto Ambiental, APEA/SEARN, Lisboa, 1986.

² Ver A. S. Pessoa, “Estudos de Impacte Ambiental. Empreendimento Hidroeléctrico do Alqueva”, Comunicação ao Colóquio sobre a problemática actual do Projecto do Alqueva - Alternativas, Sociedade Portuguesa de Ciências Agrárias, Lisboa, 1988.

³ Ver J. Jesus, “Os Estudos de Impacte Ambiental em Portugal no Período de 19981-1988”, 1º Congresso Nacional dos Engenheiros da Ambiente, Lisboa, 27-29 de Novembro de 1990.

⁴ Ver A. S. Henriques, “Dois Casos Estudados de Avaliação de Impactes Ambientais de Empreendimentos Hidráulicos”, *Recursos Hídricos*, 8 (1): 23-36.

processo aplicado a projectos públicos ou privados que, pela sua natureza e características, fossem considerados polémicos.

A adopção da AIA pelos estados membros da Comunidade Europeia através da directiva comunitária nº85/377/CE, deu novo impulso para um efectivo desenvolvimento deste processo. Em Portugal, a AIA entrou em vigor com o DL 186/90, de 6 de Junho, e com o DR 38/90, de 27 de Novembro, que transpuseram para a jurisdição interna a directiva comunitária. No entanto, tinham já sido realizadas EIA desde 1981. Os primeiros quatro estudos tiveram como responsável a EGF, como cliente a EDP e reportavam a construção de barragens (as Barragens do Lindoso e do Torrão, em 1981; e as Barragens de Crestuma e Foz Côa, em 1982).

Desde então, a AIA tem vindo a desenvolver-se no nosso país, evocando como princípios fulcrais a prevenção que sujeita os projectos impactantes a uma AIA prévia ao seu licenciamento e a promoção da participação pública nos processos decisórios .

É na sequência da regulamentação referida e do estabelecimento da AIA que se intensificaram as análises neste domínio⁵. O estudo que aqui se apresenta insere-se neste contexto. Na medida em que as análises anteriores não tinham como suporte uma base de dados informatizada, circunstância agora colmatada, julgou-se indispensável ter em conta todo o espólio de AIA desde o início do processo (Junho 1991). A este respeito, note-se que o trabalho pioneiro realizado por Helder Gil e Simone Martins, *5 anos de AIA em Portugal*, não pôde contar com uma base de dados informatizada. De modo a enquadrar os resultados obtidos considerou-se importante tecer alguns comentários breves sobre a problemática da AIA e da legislação que a enquadra (Decreto-lei nº 189/90 de 6 de Junho e o Decreto lei 38/ 90 de 27 de Novembro).

⁵ Ver Helder Gil e S. Martins, *5 Anos de AIA em Portugal. O Processo de Consulta do Público*, IPAMB, Lisboa, 1996; M^a R. Partidário e J.Jesus *op cit*; J.L.Craveiro, *Estudos de Impacte Ambiental*, LNEC, Lisboa; B. Chito e R. Caixinhas, “A Participação do Público no Processo de AIA” in: *Revista*

1. ENQUADRAMENTO

Os Estudos de Impacte Ambiental têm como antecessores, nos EUA, os Estudos de Viabilidade Técnica e de Análises de Custo Benefício (ACB). A ACB, como se reconhece geralmente, foi aplicada como uma forma de cálculo dos impactes do custo dos recursos, avaliados monetariamente. A incapacidade de atribuir valores fiduciários a “incertezas ambientais” revelou-se rapidamente evidente, fazendo surgir o conceito de AIA. A AIA surgiu então “como um instrumento de avaliação global, através do qual é dado o justo valor às considerações tanto ambientais, como económicas e técnicas no processo de tomada de decisão”⁶.

De processo destinado ao cumprimento de requisitos legais relacionados fundamentalmente com o exercício contabilístico de utilização de fundos públicos a processo contínuo e interactivo de gestão ambiental, a AIA só se estabelece nos EUA, no princípio dos anos 70, com a promulgação da *National Environmental Policy Act* (NEPA) depois da ocorrência de catástrofes ambientais (como o derramamento de petróleo em Santa Bárbara) e dos protestos das organizações ambientalistas que acusavam a ineficácia dos procedimentos usados para identificar e incorporar os riscos ambientais na avaliação de projectos.

Mas o discurso sobre o “risco”, em geral, e o risco tecnológico, em particular, tinha já feito a sua aparição depois da publicação da obra da bióloga americana Rachel Carson, *Silent Spring*, em 1962, onde se demonstrou as ramificações dos impactes nocivos indirectos e imprevistos do DDT e outros pesticidas químicos artificiais sobre a saúde humana e de muitos animais⁷.

Determinar os possíveis efeitos ambientais, sociais e sanitários de um dado projecto é, em termos muito simples e sintéticos, o objectivo de uma AIA. A AIA é geralmente considerada como a avaliação científica e pública das grandes obras

Crítica de Ciências Sociais, nº 36, 1993; V. S.Marques, “O Problema da Decisão em Política do Ambiente” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº36, 1993.

⁶ Cf. B. Clark, “O Processo de AIA: Conceitos Básicos” in: M^a R.Partidário e J. Jesus, *Avaliação do Impacte Ambiental*, Lisboa, CEPGA, 1994.

⁷ Ver H. Martins, *Risco, Incerteza e Escatologia – Reflexões Sobre o Experimentum Mundi Tecnológico em Curso*, 1996 (fotocopiado).

quanto às potenciais repercussões físicas, biológicas e socio-económicas que podem provocar. O seu propósito explícito é permitir que as decisões sejam tomadas de forma a reduzir ou atenuar as possíveis consequências ambientais através da identificação dos riscos e dos processos alternativos, ao mesmo tempo que se responsabiliza o proponente e dono da obra pela elaboração de um programa de minimização dos impactes considerados negativos.

Retoma-se neste enquadramento a perspectiva de B. Clark sobre a AIA: “(...) o principal objectivo da AIA consiste em fornecer aos decisores um levantamento das implicações das acções propostas antes que a decisão seja tomada. Os resultados da avaliação são incorporados num documento a que se chamam Estudo do Impacto Ambiental (EIA) que discuta os impactos benéficos e adversos considerados relevantes para o projecto, plano ou política em questão. Uma vez completo, o EIA é uma componente da informação com base na qual os decisores procedem a uma escolha. Nesta fase, outros factores tais como o desemprego, necessidade energética e políticas nacionais poderão vir a influenciar essa decisão. A decisão final pode ser tomada depois de se dar a devida consideração às consequências prováveis de se ter adoptado uma determinada linha de acção e de, sempre que necessário, se ter introduzido os programas de monitorização adequados”⁸.

Apesar da tentativa de definição apresentada, este autor não deixa de considerar que não existe, nem pode existir, uma definição única e universalmente aceite de AIA. Em todo o caso, a figura de AIA contém, regra geral, dois pressupostos fundamentais: a capacidade para medir através da “objectividade científica” o risco e a isenção do procedimento.

O primeiro pressuposto remete para dois problemas que estão longe de gerar unanimidade: a relação entre risco e contingência e a metodologia de análise do risco. A este respeito alguns autores têm chamado a atenção para o facto de que, no âmbito dos efeitos ambientais globais, com frequência, não se trata apenas de circunstâncias de risco mas de “incerteza”. É o caso de H. Martins: “Não são só os riscos

tecnológicos que proliferam na sociedade de risco mas também as incertezas tanto quanto inerentes à natureza das coisas como fenómenos novos e de ordens de grandeza sem precedentes nos impactes sobre o ambiente como nas nossas incertezas epistémicas porque não sabemos como prever ou compreender os mecanismos causais (com as suas retro-acções positivas, imbricação de loops e não-linearidades)”⁹(sublinhado do autor). Quanto à metodologia da análise do risco são várias as interrogações, desde as provocadas pela polissemia e abrangência da noção de risco (risco económico, risco ambiental, risco sanitário, risco social, risco psicológico, risco climático, etc.), às implicações epistémicas de falibilidade de cada uma das disciplinas científicas que o podem medir, até à parcialidade do paradigma dominante de análise do risco em termos de custo-benefício.

O segundo pressuposto parte do princípio de que os estudos científicos e técnicos sobre os impactes ambientais devem ser produzidos num quadro de imparcialidade procedimental perante os interesses em jogo. Podem formular-se neste domínio um outro tipo de interrogações. Em primeiro lugar, não é possível ignorar que, apesar do avanço que a ideia de AIA consubstancia, as relações entre as instituições governamentais, o mundo económico e o campo científico e técnico envolvem múltiplas hipóteses de cumplicidade. Em segundo lugar, as legislações assumem muitas vezes um carácter vago, discricionário, reactivo e com défice de incorporações dos novos instrumentos preventivos. Assim ocorre com vários elementos processuais, como são exemplos a nomeação das Comissões de Avaliação de AIA, que tendem a estar dominadas pelas instituições governamentais, a escolha do consultor de EIA que fica a cargo do proponente da obra e todos os limites do processo de participação pública (sem referirmos sequer a ausência do meio de deliberação pública).

Neste aspecto ganha também relevância o afastamento entre a “law in action” e a “law in the books” referida num estudo recente dirigido por J. M. Pureza: “Afastamento entre um direito legislado generoso no acolhimento da legitimidade comunitária e associativa para a tutela judicial e um direito efectivo com uma

⁸ B. Clark, *op cit*, p.11.

⁹ Cf. H.Martins, *op cit*, p.29.

incipiente concretização jurisprudencial; afastamento entre um direito legislado que testemunha uma forte inovação substantiva e processual e um direito efectivo esvaziado pelo apego a uma dogmatização sedimentada na resposta a desafios sociais totalmente distintos; afastamento entre um direito legislado valorizador da participação da informação e um direito efectivo que esbarra no secretismo e capacidade de uma máquina administrativa labiríntica e distante e na fragilidade orgânica e reivindicativa do movimento ambientalista. Enfim, afastamento entre um direito legislado dotado duma projecção normativa crescente e um direito efectivo com escassa capacidade sancionatória”¹⁰.

¹⁰ Cf. J. M. Pureza, *Tribunais, Natureza e Sociedade: o Direito do Ambiente em Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1996, p.150

2. DIREITO DO AMBIENTE – SOBRE A LEGISLAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

2.1 A legislação de AIA pode ser descrita como uma legislação que visa institucionalizar uma política comunitária. É uma legislação complexa por duas ordens de razões. Porque engloba uma componente técnica de suporte ao processo de avaliação, seja para a definição dos critérios de classificação dos projectos a ela sujeitos, seja nos critérios de medida dos impactes causáveis. Porque ao introduzir uma componente de informação e participação dos cidadãos aumenta a quantidade de informação a considerar nas aprovações dos projectos e tomada de decisão.

Neste sentido, a legislação de AIA foi produzida enquanto instrumento de um modelo de decisão que considera as consequências ambientais previsíveis dos resultados da execução de um projecto. Subjacente a esta legislação encontra-se um princípio de política ambiental - o princípio de prevenção associado ao processo decisório sujeito a esse princípio, o processo de avaliação de impactes.

Como se referiu anteriormente, a AIA teve origem nos Estados Unidos como consequência do *National Environmental Policy Act* (NEPA). A avaliação tinha como objectivo a determinação dos custos económicos inerentes aos impactos provocados por grandes obras. Esta medida foi adoptada em alguns países da actual União Europeia, como a França, sendo depois alargada a toda a CE em 1985, através da directiva 85/337/CEE. Esta directiva estabelece os seguintes objectivos: desenvolvimento de uma política preventiva em matéria de ambiente; igualar as condições de concorrência entre Estados-membros; e introdução de um modelo de decisão dos licenciamentos relativamente homogéneo dentro das comunidades. Esta directiva foi transposta para o direito português em 1990. Finalmente, em 1992, a noção de avaliação de impactes ambientais “globaliza-se” e é incorporada nos princípios ambientais estipulados na Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (artigo 17º). O objectivo é alargar a importância da política preventiva nas políticas de protecção ambiental.

2.2. O direito do ambiente pode ser definido como um conjunto de normas jurídicas, de normas de carácter técnico e de instituições jurídicas, que permite definir limites para a “degradação” do ambiente, objectivo principal deste direito cujo carácter técnico contribui para uma variedade de inovações relativamente ao direito comum. Esta característica prende-se com a particularidade e complexidade do objecto do direito do ambiente - o bem ambiental enquanto bem público - e com a salvaguarda de danos ecológicos.

Podem-se considerar três períodos de definição do direito do ambiente e do dano ecológico¹¹. Primeiro, o direito do ambiente englobava um conjunto de medidas de regulamentação da gestão de recursos naturais e de punição dos actos que atentassem contra esses recursos (um exemplo concreto é o da gestão das águas, um acto punível poderá ser o da poluição das águas). O modelo de direito aqui subjacente - direito privado - conduz a que se formalizem as relações jurídicas em termos de indivíduo lesado e infractor não tendo em conta a questão mais abrangente da degradação de um bem que afinal é comum e público. Durante este período, a propósito dos critérios da definição do dano - como contabilizá-lo, como repôr o dano e a quem atribuir a culpa sobre esse dano - surge o problema do dano ambiental enquanto dano público e colectivo.

Consequentemente, a abordagem do direito sobre este problema altera-se e o tradicional modelo de imputação de culpa e compensação do dano dá lugar a um modelo que evoca um princípio precaucionário ou preventivo como salvaguarda do ambiente. O dano ecológico autonomiza-se do enquadramento comum a outro tipo de danos. Neste segundo período (entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80) surge um direito do ambiente que não se define apenas por legislação punitiva mas por legislação proibitiva de determinados actos, com vista à prevenção de problemas de ambientais.

Nesta fase, os problemas surgem associados à eficácia da aplicação das medidas preventivas, dado que apesar da sua aplicação os danos continuam a ser provocados e o problema da reparação do dano mantém-se. O problema é que a aplicação da prevenção não é definida no campo da resolução dos conflitos. Este campo é ainda orientado pelo modelo individual do direito de propriedade onde a responsabilidade das acções está intimamente ligada aos elementos definidos como conflituantes (infractor vs. lesado). Consequentemente, num terceiro período (a partir de 1985), o problema da reparação e punição volta a ser o centro do debate e revêem-se os instrumentos de aplicação de medidas preventivas, que necessitam de um reforço de fiscalização e de uma maior participação pública no controle dessas medidas, alargando-se as responsabilidades a toda a sociedade civil. A partir deste período, conceitos fundamentais do direito do ambiente como o conceito de responsabilidade e o conceito de avaliação serão revistos.

A legislação sobre a AIA europeia aparece precisamente na transição entre o segundo e terceiro período referidos, sendo já bastante influenciada pelos debates que marcam esta última fase. Esta legislação procura reforçar a procura de critérios objectivos de definição dos danos, para que assim se possam encontrar as medidas preventivas e fiscalizadoras mais adequadas, traduzindo esses mesmos critérios num conjunto de artigos do texto legal (artigos 5º a 10º da directiva). Simultaneamente, são institucionalizados mecanismos de participação (artigos 6º e 7º da directiva) a par de um modelo de divulgação das acções (obras) que poderão afectar de algum modo o ambiente.

Este modelo é introduzido em Portugal com a transposição da directiva e com a sua adopção são absorvidas as potencialidades mas também as limitações desta legislação. Estas limitações resultam da aplicação da estrutura da legislação-mãe (a directiva) aos diferentes contextos nacionais e no caso português resulta da adequação à estrutura administrativa que a activa.

¹¹ R. Martín Mateo, *Nuevos Instrumentos para la Tutela Ambiental*, Madrid, Ed. Trivium, 1991.

A complexidade que caracteriza esta legislação pode explicar a organização processual e administrativa que foi adoptada. Em função desta estrutura, fragmentam-se primeiramente as acções inerentes ao processo de avaliação diferenciando-se funções específicas em vários sub-processos, para de, seguida, se reunirem as conclusões de cada acção num resultado global que serve à tomada de decisão. Esta estrutura obriga a que se mantenha uma comunicação efectiva entre as partes envolvidas e que contribua para a eficácia do processo. Assim, por um lado, temos a organização dos estudos de impactes, por outro, a organização da avaliação do estudo e, por fim, a organização da participação pública, cada uma entregue a diferentes entidades. Esta organização, embora descomplexificando a estrutura inerente à avaliação de impactes pode desvirtuar um processo de avaliação que deve ser global, se não existir uma ligação entre as partes do processo.

As potencialidades deste processo que resultam da directiva introduzem no contexto nacional os conceitos de responsabilidade (nomeadamente a responsabilidade-participação) e de avaliação de impactes.

2.3 Podem ser identificados quatro princípios associados à noção de responsabilidade: princípio da correcção (responsabilidade de reposição do dano); princípio do poluidor-pagador (responsabilidade pela infracção); princípio da prevenção e princípio da participação¹². No que diz respeito ao presente estudo importa discutir a responsabilidade-prevenção e a responsabilidade-participação. A questão da responsabilidade da participação tem um relevo particular ao ser associada às discussões relativas aos processos democráticos e alargamento dos processos de tomada de decisão. Dentro deste quadro é geralmente apresentada como a fonte da resolução dos problemas ao direito do ambiente. Confia-se aqui na partilha da responsabilidade da resolução dos problemas ambientais a toda a sociedade civil (implica uma colaboração entre autoridades públicas, empresas, associações e cidadãos). Esta responsabilidade, ao ser instituída no direito do ambiente (ver Constituição da República Portuguesa, artigo 66º), formaliza a sua acção enquanto medida prévia a uma possível fase de conflito e resolução directa dos conflitos ambientais, alargando-se os enquadramentos legais nesta área.

As propostas teóricas que insistem na urgência da definição da noção de responsabilidade assentam em duas posições: uma, em que se assume que a protecção do ambiente resulta de um direito e de um dever de todos os indivíduos e outra, consequente da anterior, em que a colaboração, partilha e transparência de decisões e responsabilidades é um modo de se evitar o monopólio do campo ambiental por apenas algumas entidades (públicas e empresariais). Este monopólio poderá resultar numa forma de “eco-poder” que tem por base uma racionalidade tecnocrata que resulta do peso administrativo e do peso da técnica nesta área, e que assim retira a este campo as particularidades sócio-económicas que o envolvem.

Uma das teses do modelo da responsabilidade partilhada¹³ promove que se estabeleça um compromisso entre a administração pública e os cidadãos para a divulgação de informação ambiental, divulgação das decisões tomadas nesta matéria e pelo desenvolvimento de condições de acesso à justiça pelo cidadãos, para as questões ambientais. Esta proposta implica que a protecção jurídica seja um misto de direitos e deveres de todos e que os direitos se configurem como “direitos função” e de carácter processual (incidem sobre os processos) e que são: o direito à informação, o direito à participação e o direito de acesso à justiça. Segundo José Manuel Pureza, só quando se tornarem efectivos estes três direitos é que se poderá caminhar para um enfrentamento dos problemas ambientais.

No quadro desta perspectiva uma outra proposta apresenta como solução a tradução, para o direito do ambiente, do conjunto dos quatro princípios inicialmente enunciados e não apenas o reforço de uns como acontece para o caso do princípio do poluidor-pagador¹⁴. Neste caso, a responsabilidade-participação assume a importância da transparência e alargamento dos processos de participação na tomada de decisões públicas e privadas, campo onde se joga a prevenção ambiental. São apresentados quatro modelos de participação: contestação; concertação; consulta e participação

¹² F. Ost, “La Responsabilité, fil d’Ariane du Droit de L’Environnement”, *Droit et Société*, nº30-31, 1995.

¹³ José Manuel Pureza (dir) et al., *Tribunais, Natureza e Sociedade: o Direito do Ambiente em Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1996

¹⁴ Ost, *op.cit.*

directa e partilha das decisões¹⁵. O modelo que aparece abrangido na legislação AIA é o da formalização dos processos de consulta em que os cidadãos e as entidades interessadas têm o direito de expressar a sua opinião e dar um parecer não vinculativo sobre os projectos em causa.

Por fim, uma terceira proposta avança que a resolução das questões do direito do ambiente se deve encontrar nas questões processuais¹⁶. Neste caso, o foco de atenção é o processo de participação em si e não apenas a parte que corresponde à informação sobre a decisão a ser considerada. Peter Swan autor defende que o direito do ambiente seja lido ao nível dos direitos subjectivos, que normalmente são os direitos consagrados pelas instituições como direitos de liberdade individual – direito de votar, direito de participar, direito à educação, etc, ou seja, direitos do campo da cidadania. É importante, neste caso, que o processo decisório seja coerente com os diferentes valores e racionalidades envolvidas nos pareceres a considerar para a decisão. As entidades públicas têm um papel na gestão das participações mas os processos comunicativos, entre as partes participantes, é que deverão assumir um papel fundamental para a adopção de uma decisão, que resulte de uma pluralidade de opiniões e de dimensões de análise diversas. Isto para que se torne o processo AIA socialmente válido e efectivo. Esta questão é importante para os processos AIA uma vez que a descoordenação dos processos de comunicação pode inviabilizar uma participação real¹⁷.

Em qualquer das três propostas a responsabilidade partilhada engloba necessariamente a transparência, o acesso à informação e um modelo de participação alargado ao processo decisório que deve ser eficaz.

¹⁵ M. Prieur, “La Déréglementation en Matière d’Environnement”, *Rev. Jur. De L’Environnement*, nº3, 1988 (1988)

¹⁶ Peter Swan, “Droits Écologiques procéduraux et Démocratie Délibérative”, *Revue Interdisciplinaire d’Études Juridiques*, nº35, 1995

¹⁷ A este respeito ver João Lutas Craveiro, *Estudos de Impacte Ambiental – Uma Contribuição Sociológica – a Emergência do Público nas Audiências*, Lisboa, LNEC, 1996

2.4 Avaliação não é um termo recente do direito, apesar de no direito do ambiente surgir com um carácter particular que ultrapassa o conteúdo mais comum associado à ideia da inventariação ou “determinação do valor de bens ou direitos”. Neste caso, em particular com os impactes ambientais, a avaliação é feita pela negativa já que não procura determinar o valor do bem ambiental mas o valor que assumem as perdas a ele associadas, e quanto ao processo AIA, provocadas pelos efeitos de obras e outros projectos a construir. O que se procura avaliar e determinar é o valor e o conteúdo das perdas de um bem cujo valor não pode ser avaliado por si - o ambiente. Consequentemente, a avaliação incide sobre o dano e não sobre o bem ambiental.

Quando a avaliação do dano ou perda se faz a partir de um bem que não tem um valor objectivamente calculado, o valor atribuído ao dano resulta de uma avaliação que será subjectiva pois esse cálculo variará em função dos valores subjectivamente atribuídos ao Ambiente. Em função desta situação tem-se procurado encontrar, com a avaliação e com a legislação de impactes ambientais, um modelo de análise dos efeitos e riscos que permita uma medição dita “objectiva”. Normalmente, esta análise é representada por um conjunto de critérios de levantamento das situações de referência dos projectos e por um conjunto de critérios de medição de impactes que acaba por lhe atribuir um carácter técnico-avaliativo de medição. Por outro lado, a sua realização implica diversos elementos “intangíveis” quando se trata da escolha dos diversos critérios a utilizar, área onde ainda não existe um consenso mesmo entre os profissionais do ambiente, as várias disciplinas científicas e até no interior de cada disciplina.

No âmbito da avaliação, engloba-se ainda a avaliação feita pelo público e que não reporta a uma racionalidade “técnica”, mas sim a outras formas de racionalidade que concorrem para a definição do mesmo dano. O resultado destas fragilidades da avaliação conduziram, por exemplo, a uma tentativa de maior especificação dos critérios de avaliação na nova directiva comunitária de substituição da directiva 85/337/CEE (Directiva 97/11/CE, anexo III).

2.5 Com a transposição da directiva para o ordenamento jurídico nacional pode-se afirmar que o campo nacional, em termos de jogo de relações perante o ambiente, envolve um debate sobre participação, avaliação e prevenção que não existia anteriormente. A legislação nacional institucionaliza essa discussão, e os problemas que rodeiam os processos AIA ganham contornos próprios a partir do contexto nacional que envolve a problemática ambiental. Descrevemos aqui sumariamente a estrutura da legislação nacional¹⁸.

A legislação nacional de Avaliação de Impactes Ambientais (DL 186/90 e DR 38/90) organiza-se em quatro grupos. O primeiro define os conceitos abordados - Ambiente (que engloba o homem, a fauna, a flora, diversos elementos naturais, o património cultural e a interacção de todos os factores), Impactes ou Efeitos e Processo de Avaliação de Impactes (artigos 1º e 2º, DL). O segundo grupo estipula os critérios de avaliação obrigando a que seja apresentada a situação de referência dos projectos (artigo 7º, DL e artigo 2º, DR). O terceiro incide sobre todo o processo de participação (definição de entidades interessadas, prazos de consulta, modos de consulta e participação) (artigo 5º DL e artigo, 4º DR). O último grupo especifica o processo de avaliação a seguir pelas autoridades competentes (artigos 4º e 6º, DL e artigo 3º, DR).

A definição da avaliação engloba todos os aspectos da avaliação técnica propriamente dita em que se procura medir, avaliar e prever os danos que a obra/projecto poderão provocar ao ambiente. Esta parte corresponde à introdução de um estudo de impactes ambientais a adicionar ao processo normal de licenciamento de obras e que é da responsabilidade do dono da obra (artigo 3º, DL).

Todo o processo tem uma estrutura administrativa hierárquica, que se organiza a partir do Ministério que Tutela a obra e que envia o processo para o Ministério do Ambiente (MA). Assim, a empresa ou particular interessado em obter uma licença para construção de uma obra/infraestrutura (designado por dono da obra) deve fazer o

¹⁸ Não se analisam aqui as implicações das alterações de Outubro de 1997 ao DL 186/90 e DR 38/90 na medida em que a análise dos processos que se apresenta no capítulo seguinte reporta até Julho de

pedido de licenciamento ao Ministro da Tutela responsável pela área da obra (se a infraestrutura for uma estrada o Ministro da Tutela será o da Obras Públicas), local de onde receberá a decisão final sobre o licenciamento. Este organismo entrega o processo ao MA para que seja sujeito a um processo de AIA, uma vez que, por lei, é obrigatório que o processo de licenciamento contenha estas informações.

Nesta fase, o dono da obra deve entregar um Estudo de Impactes Ambientais (EIA) do projecto e um Resumo Não Técnico (RNT) desse estudo a um organismo do MA, neste caso a DGA, que a seguir abre o processo formal de avaliação de impactes. O EIA será sujeito a uma comissão de avaliação, composta por outros organismos do MA, que elabora um relatório onde inclui um parecer sobre a viabilidade do projecto tendo em consideração os impactes ambientais, e em alguns casos, também os impactes sociais. Por sua vez, o RNT, e na maior parte das vezes também o EIA, são sujeitos a uma avaliação por parte do público, em que estes, individualmente ou em associação, expressam as suas opiniões sobre a viabilidade do projecto. O IPAMB fica encarregue de tratar esta informação e organizar um relatório da consulta do público. As conclusões deste relatório são integradas no relatório da comissão de avaliação, sendo utilizadas na definição do sentido do parecer final já referido acima. Finalmente, com base nesta informação, o MA emite o seu parecer conclusivo. Tenha-se em linha de conta que este parecer não tem carácter vinculativo, em termos legais, sobre o licenciamento da obra, sendo apenas uma informação de referência para a decisão de licenciamento, decisão essa que cabe sempre ao Ministério da Tutela.

Este processo aparece definido na legislação nacional e nos procedimentos administrativos internos, decorrendo quase sempre desta forma. Face a esta descrição pode parecer um processo simples e pacífico, mas de facto em muitas situações resulta num processo conflituante que envolve tanto o cidadão como o dono da obra e a administração. Estes fenómenos requerem, evidentemente, uma explicação menos descritiva das dinâmicas que rodeiam os processos de AIA, a qual, não cabendo neste estudo, não pode ignorar a distância entre os conflitos potenciais e os conflitos judiciais que radicam em bloqueamentos ao exercício da cidadania¹⁹.

1997.

¹⁹ J. M. *Op. Cit*, p. 154.

3. ANÁLISE DOS PROCESSOS INSTRUÍDOS ENTRE JUNHO DE 1990 E JULHO DE 1997

3.1. Tipo de Projectos

Desde o início do processo de Avaliação de Impacte Ambiental, em Junho de 1990 até Julho de 1997, momento em que começa a presente análise, deram entrada no Ministério do Ambiente 444 processos²⁰. A grande maioria destes processos - 333 - são abrangidos pelo Anexo III do Decreto Lei 186/90, que diz respeito a projectos relacionados com a utilização de recursos agrícolas, indústrias extractivas, instalações industriais, barragens, infra-estruturas, marinas, portos de recreio e instalações hoteleiras. Os restantes - 111 - reportam ao Anexo I, que corresponde, sobretudo, a projectos de vias de comunicação e instalações de eliminação de resíduos tóxicos.

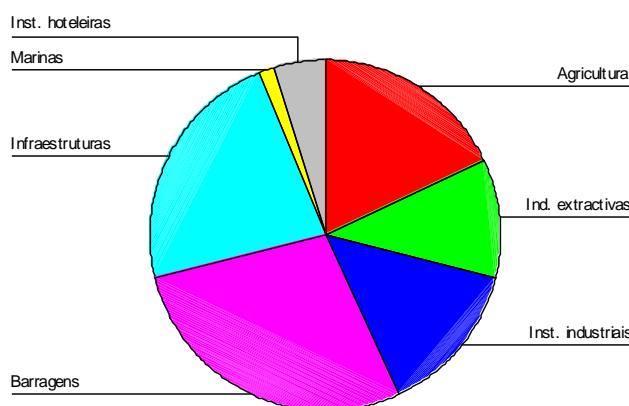
Dos 111 projectos do Anexo I, 92 dizem respeito à construção de auto-estradas, vias rápidas e caminhos de ferro, 10 a instalações de eliminação de resíduos tóxicos e perigosos por incineração, 5 a portos marítimos e 4 a refinarias - Gráfico I.



Dos 333 projectos do Anexo III, 94 correspondem a barragens, 76 a infraestruturas, 60 a projectos agrícolas, 47 a instalações industriais, 36 a indústrias extractivas, 16 a instalações hoteleiras e apenas 4 a marinas - Gráfico II.

²⁰ O último processo a integrar esta análise é o número 445 do IPAMB - “Aproveitamento Hidroagrícola da Armamar - Ribeira de Temilobos” -, cujo processo se iniciou a 3 de Fevereiro de 1997 e finalizou a 26 de Julho de 1997. O processo número 444 do IPAMB não foi aqui considerado uma vez que o prazo final do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais foi o de 4 de Agosto de 1997.

Gráfico II - Tipo de Projectos do Anexo III



A construção de auto-estradas e de barragens são as responsáveis por cerca de metade de todos os processos submetidos a análise.

3.2. Estatuto Jurídico do Proponente

Quanto ao estatuto jurídico do proponente, foi possível obter informação relativa a 426 estatutos jurídicos do proponente²¹. Destes, 208 dizem respeito a empresas privadas, 139 a empresas públicas e 79 à Administração Pública (central, regional e local).

Ao estabelecer uma relação com o tipo de projecto, verifica-se que as empresas privadas têm a seu cargo, sobretudo, os projectos do anexo III, nomeadamente as barragens (25.5%), infra-estruturas e agricultura (ambas com 18.9%) e indústrias extractivas (14.8%). As empresas públicas ocupam-se da construção de vias de comunicação (92.2% do total de projectos do anexo I), infra-estruturas e agricultura (37.1% e 29%, respectivamente, do total de processos do anexo III). Quanto aos projectos da Administração Pública (Central, Regional e Local) incidem sobre a construção de barragens e infra-estruturas (39.9% e 16.7%) do total de processos do anexo III) - ver Quadros I e II.

3.3. Data de entrada no MA

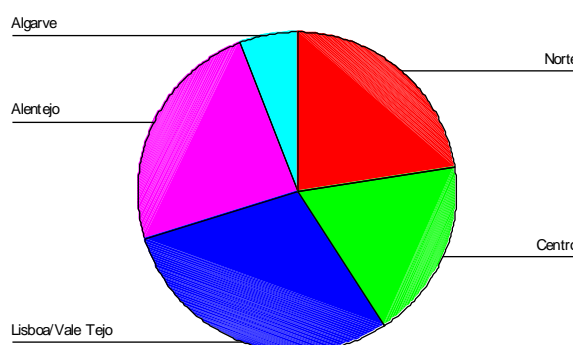
Uma análise rigorosa da distribuição dos processos que deram entrada ao longo dos anos em consideração vê-se prejudicada devido ao facto de não se ter informação, na altura em que este relatório foi escrito²², sobre as datas de um número muito significativo de processos: 102 (29.7%) do Anexo III e 21 (18.9%) do Anexo I.

Esta análise, provavelmente enviesada pelas lacunas referidas, permite, no entanto, assinalar que é entre 1993 e 1995 inclusivé, que se assiste, num movimento constante, ao maior número de processos entrados (na ordem das nove dezenas), verificando-se uma tendência para a descida a partir de 1996. Os projectos responsáveis pelo período de alta são naturalmente os que se relacionam com as barragens e as vias de comunicação (acrescentando o peso significativo de projectos de agricultura em 1995) - ver Quadros III e IV.

3.4. Distribuição geográfica dos projectos

O gráfico seguinte - Gráfico III - mostra a distribuição geográfica do conjunto de projectos (Anexo I e Anexo III). Na região de Lisboa e Vale do Tejo concentram-se 28.2% dos projectos, seguindo-se o Alentejo com 22.8%, o Norte com 21.7%, o Centro com 17.6% e, finalmente, o Algarve com apenas 5.6%.

Gráfico III - Distribuição geográfica dos projectos



²¹ Não existe informação quanto aos restantes processos.

²² A detecção desta lacuna foi feita em Julho de 1997, tendo a equipa de investigação solicitado no início do mês de Setembro os dados em falta. Voltou a insistir-se, por carta, no pedido, no início de Novembro de 1997.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo predominam as infra-estruturas (41.5% do conjunto de todos os projectos que integram o Anexo III) e a construção de auto-estradas (88.9% de todos os projectos que integram o Anexo I). As barragens e a agricultura são os responsáveis pelo maior número de projectos no Alentejo (com 46.2% e 33.3% respectivamente). As auto-estradas (93.1% de todos os projectos do Anexo I), as barragens e as infra-estruturas (respectivamente 29.6% e 26.8% dos projectos do Anexo III) evidenciam-se na Região Norte. Na Região Centro verifica-se um equilíbrio nos projectos relativo às várias actividades do Anexo III (exceptuando as instalações hoteleiras com apenas 5.7%) e no Anexo I sobressaem as auto-estradas (78.6% dos projectos neste Anexo). Por último, no Algarve verifica-se um ligeiro destaque para os processos associados à construção de auto-estradas (83.3% dos projectos do Anexo I), agricultura e indústrias extractivas (ambas com 30% nos projectos que são abrangidos pelo Anexo III) - ver Quadros V e VI.

3.5. Processos sujeitos a Consulta Pública

Foi com a entrada em vigor do Decreto-Lei 186/90, nomeadamente através do seu artigo 4º, que se tornou obrigatória a realização de uma Consulta do Público (C.P.) em todos os projectos que, pelas suas características, sejam considerados impactantes. Todavia, é o Decreto Regulamentar 38/90 que estabelece as normas reguladoras de todo o processo.

Em primeiro lugar, deve-se proceder à divulgação da CP, seja através da afixação de editais nas Autarquias, publicação de anúncios nos jornais ou envios de ofícios-circulares a todas as entidades possivelmente interessadas em participar. De acordo com o que foi possível apurar, na realização destes 444 processos, foram contactadas 10547 entidades. Todavia, apenas 27,7% destas responderam.

Posteriormente, é estabelecido um período de consulta - entre 40 a 60 dias para os projectos enquadrados no anexo I e 20 a 30 dias para os projectos do anexo III – em que são colocados à disposição do público o Estudo de Impacte Ambiental e o Relatório Não Técnico. Durante este período, são recolhidos os pareceres recebidos, oriundos, quer dos cidadãos, quer de Associações de Defesa do Ambiente ou da

Administração Pública, a partir dos quais deve ser elaborado um relatório, pela Comissão de Avaliação (num prazo máximo de 5 dias após o encerramento da C.P.).

Dos 444 processos que deram entrada no IPAMB, 356²³ foram sujeitos a Consulta Pública. Para os restantes 111 não foi aberto processo, provavelmente, pelos seguintes motivos²⁴:

- falta do Resumo Não Técnico por parte do proponente, o que inviabiliza a divulgação da obra a todos os interessados;
- necessidade de reformular o Estudo de Impacte Ambiental por ter sido entendido, pela Comissão de Avaliação, que este não continha os elementos essenciais para a Consulta do Público ;
- desistência do processo, pelo proponente, ou motivos de pendência.

De acordo com os quadros seguintes - Quadros VII e VIII -, aproximadamente, 80% da totalidade dos projectos foi sujeita a Consulta do Público com especial destaque para as auto-estradas (83.1% do total de projectos do Anexo I), barragens, infra-estruturas e projectos de agricultura (com 30.5%, 22.9% e 17.7% respectivamente, do total dos projectos do Anexo III).

No âmbito do processo da consulta do público é estabelecido um prazo para as entidades interessadas emitirem pareceres acerca dos projectos em processo de AIA. Uma vez que nem todos os pareceres dão entrada no IPAMB durante o período estabelecido, importa apenas analisar os que cumprem o prazo – os pareceres considerados que perfazem o total de 3824²⁵.

No que concerne aos projectos enquadrados no Anexo I a grande maioria dos pareceres advêm da Administração Pública Central (20.2%), da Administração Pública Local (19.7%) e dos cidadãos (19.2%). Numa análise por tipo de projecto são, sem dúvida, as auto-estradas que despertam mais atenção, recebendo maior número

²³ Na verdade, estes 356 processos correspondem a ... projectos uma vez que, para alguns deles foram realizadas várias consultas.

²⁴ Devido à falta de relatórios de Consulta do Público nos processos consultados, não foi possível averiguar com precisão os motivos que impediram essa consulta.

²⁵ Destes 3824 pareceres, 2083 correspondem ao processo do IPABM número 267 que corresponde ao Sistema Integrado de Resíduos Industriais.

de pareceres – 172 em 203 pareceres (o que corresponde a 84.7% do total de projectos do anexo I que recebem pareceres) - ver Quadro IX.

Quanto aos projectos inseridos no anexo III são as barragens, logo seguidas das infra-estruturas (com 29.3% e 26.6%, respectivamente) as que mais pareceres recebem . Pareceres que surgem sobretudo da Administração Pública Central e da Administração Pública Local (26% e 19.5%, respectivamente, da totalidade de pareceres recebidos pelos projectos do anexo III) - ver Quadro X.

De salientar, ainda, o facto dos partidos políticos e das instituições universitárias terem um papel pouco preponderante no processo de consulta do público, tal como as Associações de Defesa do Ambiente .

3.6. Processos sujeitos a Audiências Públicas

A promoção de Audiências Públicas é considerada, geralmente, um dispositivo fulcral da participação dos cidadãos no processo de Avaliação de Impacte Ambiental, o que implica a articulação de formas de democracia representativa com formas de democracia participativa, a “consciencialização” dos cidadãos para as possíveis consequências do desenvolvimento no ambiente e a organização da participação pública, através da formação de grupos de interesse, convicções ou valores.

Nesta acepção, a envolvência da cidadania requer um papel preponderante na decisão final sobre o empreendimento em causa, ao mesmo tempo que poderá contribuir para uma avaliação concreta acerca dos possíveis impactes sociais oferecendo, muitas vezes, alternativas viáveis à proposta inicial e com impactes bem menos significativos.

Compreende-se, pois, a importância que as Audiências Públicas assumem como objectivação do ideal de debate público. Em 4 de Março de 1994 o próprio Gabinete da Ministra do Ambiente emite uma recomendação interna, sob o título “Procedimentos para o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental de Projectos”,

que sublinha a importância de se realizarem Audiências Públicas sempre que possível²⁶.

Todavia, até 26 de Julho de 1997, realizaram-se apenas 63 audiências públicas - Gráfico IV - referentes a 53 projectos (da totalidade dos 444 processos), pois que para alguns deles foram realizadas várias audiências, não só por pedido da Comissão de Avaliação do processo, das Autarquias e dos cidadãos, mas também pelo facto de alguns deles afectarem regiões distintas.

Dos que foram submetidos a Audiência Pública, destacam-se as auto-estradas (80.8% da totalidade dos projectos do Anexo I), as instalações industriais, as infra-estruturas e as barragens (41.7%, 29.2% e 25% respectivamente, da totalidade dos projectos do Anexo III). De salientar, ainda, o facto dos projectos relativos à agricultura, indústrias extractivas e instalações hoteleiras não terem sido sujeitos a Audiências Públicas - ver Quadros XI e XII.

Tendo em consideração o gráfico acerca da evolução da participação nas Audiências Públicas - o Gráfico V - é possível constatar que, desde a implantação do processo de Avaliação de Impacte Ambiental e até 1995, tem vindo a assistir-se a um acréscimo significativo na participação pública. O ano de 1994 registou, pela primeira vez na história das Audiências Públicas, um número superior a 1000 pessoas. No ano seguinte este número triplicou atingindo o total de 3309 pessoas no total de Audiências realizadas nesse ano.

Desde então, a participação pública tem vindo a diminuir verificando-se um decréscimo de tal forma significativo que em 1997 (até 26 de Julho) a participação nas Audiências quase não ultrapassava a casa das três dezenas, o que parece pôr em causa, na falta de uma análise mais completa, a ideia defendida por alguns autores de

²⁶ Cf. L. Craveiro, *Estudos de Impacte Ambiental: Uma Contribuição Sociológica – A Emergência do Público nas Audiências*, Lisboa, LNEC, 1996.

que o número de participantes nas Audiências tem vindo a aumentar. Uma análise à curva da média de participantes permite constatar este facto.

Do total de 7149 participantes nas Audiências Públicas, apenas 779 intervieram. Quer isto dizer que só 10,9% dos participantes assumiram um papel activo no desenrolar da audiência. Analisando o número total de intervenientes nas Audiências, pode-se afirmar que a sua flutuação tem acompanhado a tendência da participação pública. Ou seja, registou uma subida até 1995, ano em que atingiu 275 intervenientes e a partir do qual ocorreu uma inversão da tendência. Todavia, a curva da média de intervenientes por ano não regista uma flutuação tão significativa como a curva de participantes por ano, o que significa que o número de intervenientes tem-se mantido sensivelmente constante, embora seja de salientar um decréscimo a partir de 1995.

3.7. Avaliação Final da Comissão de Avaliação

O parecer técnico da Comissão de Avaliação tem por base a avaliação do Estudo de Impacte Ambiental e o relatório da Consulta do Público. Após a sua análise a Comissão de Avaliação adopta uma posição face ao projecto que pode ser:

- favorável condicionado;
- favorável condicionado a uma alternativa;
- favorável condicionado à solução base;
- desfavorável;
- reformulação;
- outras.

Na grande maioria dos casos, o parecer final emitido é favorável condicionado (59% de todos os processos aqui analisados) à adopção de medidas que diminuam os efeitos negativos sobre o ambiente. Em apenas 41 dos processos (8.9%) os pareceres

emitidos foram desfavoráveis e 67 processos (14.5%) tiveram que ser sujeitos a uma reformulação.

Quadro XIII - Sentido Parecer Técnico da Comissão de Avaliação

Sentido Parecer da Comissão Avaliação		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Parecer Favorável Condicionado	272	59,0	68,5	68,5
	Reformulação	67	14,5	16,9	85,4
	Parecer desfavorável	41	8,9	10,3	95,7
	Parecer favorável a uma alternativa	7	1,5	1,8	97,5
	Outras	10	2,2	2,5	100,0
	Total	397	86,1	100,0	
	System Missing	64	13,9		
	Total	64	13,9		
Total		461	100,0		

Numa análise por tipo de projecto destaca-se a predominância do parecer favorável condicionado a medidas minimizadoras dos impactes ambientais, com excepção para a construção de marinas (apenas 33.3% dos pareceres foram favoráveis condicionados). Dos processos que foram sujeitos a reformulação, constata-se que predominam os processos de construção de auto-estradas (82.4% do total dos projectos do Anexo I), as barragens, a agricultura e as infra-estruturas (25.4%, 22.4% e 20.4% respectivamente, do total de projectos do Anexo III). Quanto aos pareceres desfavoráveis o realce vai para as auto-estradas (62.5% do total dos projectos do Anexo I), as infra-estruturas, a agricultura e as instalações hoteleiras (25.8%, 22.6% e 16.1% respectivamente, do total dos projectos do Anexo III). Salienta-se o facto de, nem as marinas, nem as refinarias terem sido objecto de pareceres desfavoráveis ver Quadros XIV e XV.

CONCLUSÃO

No enquadramento deste estudo teceram-se algumas considerações que se consideraram fundamentais sobre as limitações do processo de AIA. Limitações com origem nas dificuldades de “objectivar” o risco e de o separar das situações de incerteza, de contrariar os factores que interferem contra a imparcialidade procedimental e a mitigação da dinâmica da participação pública, enfim, de um processo talvez mais ligado à noção de “aceitabilidade” ou mesmo efectividade dos riscos do que a um modelo de controvérsia sujeito a uma deliberação que não deixasse de ser colectiva quando fosse institucional.

A AIA, no entanto, tem sido um instrumento progressivo em ordem à análise pública de afectibilidade das obras, instrumento que, na sua dinâmica, como se detecta neste estudo, tem demonstrado, por vezes, ter potencialidade para se transformar numa valiosa estrutura de acolhimento plural de vários tipos de avaliação, público, disciplinas científicas, participação e decisão.

A análise realizada aos processos instruídos até Julho de 1997 teria que ser, no quadro de um relatório sobre a base de dados construída, eminentemente estatística e descritiva, por outras palavras, incapaz de proceder a uma elucidação qualitativa que possa trazer mais luz às limitações aduzidas. Como se sabe, esse será o propósito de continuidade do projecto em termos futuros no âmbito do estudo dos Episódios de Conflito Ambiental.

BIBLIOGRAFIA

Bureau d'Audience Publique sur L'Environnement, Gouvernement du Quebec 1989 "Pour influencer une decision environnementale", Quebec. Canada.

BURDGE, R., *A Conceptual Approach to Social Impact Assessment*, Middleton, Social Ecology Press, 1994

CAIXINHAS, R., "Participação do Público, Poder Local e Impacte Ambiental", *I Jornadas Poder Local-Ambiente*, Ambiforum, Loulé, 1991

CHAMBAULT, Jean-François, "Les études d'impact et la Communauté Européene", *Revue Juridique de l'Environnement*, nº4, 1985

CHITO, B e CAIXINHAS, R., "Participação do Público na Avaliação do Impacte Ambiental", *Jornadas sobre a Regulamentação da Avaliação de Impactes Ambientais*, Lisboa, 1989

CHITO, B. et al, "Participação do Público no Processo de Avaliação do Impacte Ambiental", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 36, Fev. 1993

CLARK, B.; BISSET, R. e WATHERN, P., *Environmental Impact Assessment; a bibliography with abstracts* - Mansell, Londres, 1980

CLARK, B., "Public Participation", *II Seminário Anual sobre Avaliação de Impacte Ambiental*, Espinho, CEPGA/CEMP, 1992

COMMISSION ECONOMIQUE POUR L'EUROPE, *L'Analyse des Projects a posteriori dans etudes d'impact sur l'environnement*, Nova Iorque, Nações Unidas, 1991

COMMISSION ECONOMIQUE POUR L'EUROPE, *Application des Principes de l'Evaluation de l'impact sur l'environnement aux politiques, plans et programmes*, Nova Iorque, nações Unidas, 1992

CORREIA, Francisco; LIBERATO, Nunes; NEVES, Eduarda e LEITÃO, Aristides, *Plano Nacional para uma Política de Ambiente*, Lisboa, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, 1994

COSTA, M. V. B., *Ciclo sobre Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental Destinada a Membros de Associações de Defesa do Ambiente*, Instituto Nacional do Ambiente, 1993

CRAVEIRO, J. L., *Estudos de Impacte Ambiental - Uma Contribuição Sociológica - A Emergência do Público nas Audiências*, Dissertação de Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 1995

DELLI PRISCOLI, J., “Public Involvement, Conflict Management: Means to EQ and Social Objectives”, *Journal of Water Resources Planning and Management*, Vol. 115, 1989

DUMAS, A., “Participation et projects de Développement”, *Revue Tiers Monde*, t. XXIV, nº 95 Paris

EICHHORN, P., *Environmental Protection: Public Measures and Business Reactions* De Tempel. Tempelhof, Bruges, 1975

FICHER, F., “Citizen Participation and the Democratization of Policy Expertise: from theoretical to Pratical cases”, *Polity Sciences*, nº 26, 1993

GASPARINI, A. e MARZANO, G., *Tecnologia e Società nella Valutazione di Impatto Ambientale*, Milão, FrancoAngeli, 1991

GIL, H. e GROSSINHO, M., “Balanço da Experiência do IPAMB na Consulta do Público no Processo da AIA”, *I Conferência Lusófona sobre a Avaliação de Impacte Ambiental*, Lagos, 25-26 de Abril de 1994

GIL, H. e MARTINS, S., *Cinco Anos de AIA em Portugal. O Processo de Consulta do Público*, Lisboa, IPAMB, 1995

JESUS, J., *Os Estudos de Impacte Ambiental em Portugal no Período 1981-1988*, 1º Congresso Nacional dos Engenheiros do Ambiente, Lisboa, Novembro de 1990

JESUS; J. Martins de, *Avaliação de Impacte Ambiental: Programa de Formação do MARN*, INA

LEVI, L. et al, *Population, Environment and Quality of Life*, Suécia, 1990

MARTIN, Gilles, “Direito do Ambiente e Danos Ecológicos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº31, 1991

MARTÍN MATEO, R., *Nuevos Instrumentos para la Tutela Ambiental*, Madrid, Ed.Trivium

MARTINS, Hermínio, *Risco, Incerteza e Escatologia. Reflexões Sobre o Experimentum Mundi Tecnológico em Curso*, 1996 (fotocopiado)

MELO, J. J. *Enquadramento Institucional e Formal da Avaliação de Impactes Ambientais*, FCT-UNL, 1992

MOSTERT, E., *Comissions for Environmental Impact Assessment; their contribution to the effectiveness of Environmental Impact Assessment*, Delft, Delft University press, 1995

OUIOMET, L., “The role in Public Hearing”, *International Association for the Impact Assessement 9th annual Congress & 2nd European Conference*, Lausanne, 1990

OST, François, “La responsabilité, fil d’Ariane du Droit de l’Environnement”, *Droit et Societé*, nº30/31, 1995

PARDO, M., “Las evaluaciones de Impacto ambiental en España: conceptualizacion y pratica”, *Economia y Sociedad*, nº 11, 1994

PARTIDÁRIO, M. R., *An Environmental Assessment and Review Procedure: a contribution to comprehensive land-use planning*, Aberdeen, Universidade de Aberdeen, 1992

PARTIDÁRIO, M. R. e JESUS, J., *Avaliação do Impacte Ambiental*, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, 1994

PARENTEAU, R., “Public in Environmental Decision Making”, *Federal Environmental Assessement Review Office*, Ottawa, 1988

PELLIZZONI, L., “Sociological Aspects of Environmental Impact Assessment”, *Environmental Impact Assessment*, CEC/JRC, Ispra, 1991

PINHO, P., “Impactes Sociais e Económicos”, *1º Seminário Anual sobre Avaliação de Impacte Ambiental*, Albufeira, CEPGA/CEMP, 1991

PRIEUR, M., *Droit de L’Environnement*. Dalloz, Paris

PRIEUR, M., “La déréglementation en matière d’environnement”, *Rer. Centro Ests. Consts*, nº10, 1987

PUREZA, J. M.; FRADE, C.; DIAS, C. S., *Tribunais, Natureza e Sociedade: O Direito do Ambiente em Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1996 (fotocopiado)

RAPOSO, Jorge, *Arquiologia e Impacte Ambiental: Especial Impactes in Al-Madan*, II série, nº4, 1995

ROBINSON, R. M., *Evaluation des Incidences Environnementales: Processus Décisionnel du Gouvernement en Public* Bureau Fédéral d’Examen des Évaluations Environnementales, Ottawa, 1982

RUA, J., *A Consulta Pública no Processo do AIA*, 1993

SIMOS, J., *Evaluer l’Impact sur L’Environnement*, Lausanne, Suíça, 1990

SOROMENHO-MARQUES, Viriato , “O Problema da Decisão em Política de Ambiente”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº36, Fev. 1993

SWAN, Peter, D., “Droits Écologiques Proceduraux et Démocratie Délibérative”, *Revue Interdisciplinaire d’Études Juridiques*, nº 35, 1995

NUNES CORREIA, F et al, “Public Perceptions and Public Participation in Water Projects”, *European Conference on Water Management*, Paris, La Villette, 1990

VLACHOS, E., “Water Resources and Environmental Impact Assessment (Course Notes)”, *Curso de Avaliação de Impacte Ambiental*, DGRN, Lisboa, 1988

WESTMAN, Walter E., *Ecology, Impact Assessment and Environmental Planning*, Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1985